

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GÊNERO, TRABALHO E DIREITO À CIDADE EM PARINTINS/AM (1990- 2020)¹

Mônica Xavier de Medeiros

Universidade do Estado do Amazonas/UEA

mxdmediros@uea.edu.br

Tatiana da Rocha Barbosa

Universidade do Estado do Amazonas

tdrbarbosa@uea.edu.br

A pesquisa analisa a intersecção entre gênero feminino, trabalho informal/terceirizado e o direito à cidade em Parintins/AM. Os sujeitos sociais da pesquisa são as mulheres que vivem do trabalho informal e as que têm trabalho formal terceirizado. Evidenciamos, portanto, como estas mulheres lutam pelo direito à cidade através de suas demandas por acesso a bens sociais, serviços e moradia e como estes direitos se materializam no espaço urbano.

Parintins (mapa 01), cidade amazonense distante 369 quilômetros da capital Manaus, é conhecida devido ao Festival Folclórico que apresenta anualmente no último final de semana do mês de junho a disputa centenária entre o boi Caprichoso e o boi Garantido, esta cidade recebe atenção por parte do Governo do Estado no que concerne à infraestrutura mínima necessária à realização da festa. Porém, para além da Parintins conhecida em função do encantamento que desperta com o Festival Folclórico, existe a cidade daqueles que a vivenciam cotidianamente. A Parintins do dia a dia é a dos trabalhadores que lutam pela sua sobrevivência.

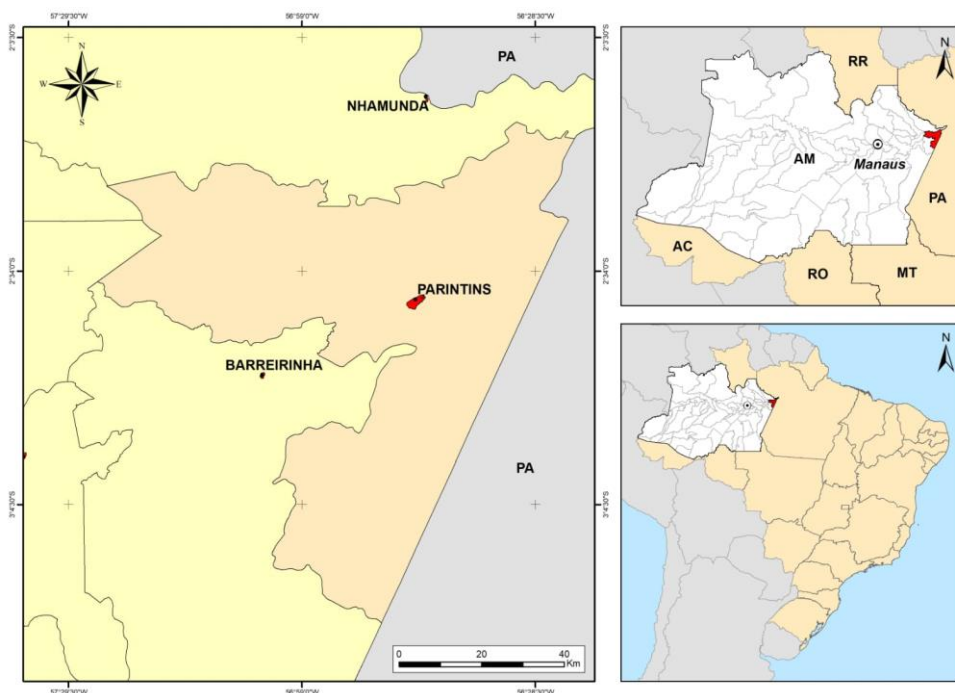
Luta que se materializa com intensidade na busca por moradia, a partir da década de 90 (século XX), período que ocorreu um processo de sucessivas ocupações de terras na área da antiga Fazenda Itaúna que formou, ao longo destes anos, os quatro bairros mais populosos da cidade: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro União. Esse processo foi acompanhado de um expressivo crescimento urbano ocasionado pelo êxodo rural de pessoas que saíam das comunidades rurais do município e de pequenas cidades desta

¹ A pesquisa é apoiada pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA através da gratificação de produtividade acadêmica (GPA).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

região do Baixo Amazonas. A luta por moradia na cidade de Parintins vem ocorrendo ao longo de muitos anos e passando por diversos contextos políticos, gerando mudanças de estratégias e perspectivas dos movimentos sociais, que conseguiram em determinados momentos, estabelecer diálogos com os sucessivos governos e instituições como a Igreja Católica.

Mapa 01 – Localização da cidade de Parintins (AM)



Fonte de dados: IBGE, 2020.
Org.: Tatiana Barbosa, agosto de 2021.

As ocupações de terras em Parintins apontam um protagonismo de mulheres em várias dimensões como na organização cotidiana da ocupação (estratégias de obtenção de água e energia elétrica), bem como no enfrentamento com a polícia quando são deferidas liminares de desocupação (OLIVEIRA, 2011; FIGUEIRA, 2012; SANTOS, 2014; RODRIGUES, 2020).

Outra característica marcante desses territórios em disputa através das ocupações é a precariedade de direitos e condições de trabalho a que estão submetidos seus moradores. Boa parte destes estão inseridos em trabalhos informais ou terceirizados. Os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalhadores informais sobrevivem de bicos em geral como limpeza de quintais, pequenas reformas e artesanato ou são terceirizados e trabalham em repartições públicas. Embora o trabalho terceirizado seja formal se caracteriza por uma grande rotatividade de mão de obra, atraso de pagamentos, acidentes de trabalho e assédio moral podendo, portanto, ser considerado tal qual o informal, um trabalho precarizado (ANTUNES, 2014). Dentro desse contexto em que os moradores das ocupações em Parintins estão mais suscetíveis ao trabalho precário, temos a situação de mulheres que vivem a realidade da informalidade e da terceirização, bem como da dupla jornada de trabalho (LIMA, 2019).

1. A mulher, a questão da moradia e as lutas pela cidade de Parintins/AM

A moradia apresenta-se como item necessário à reprodução da vida. O habitar equipara-se à necessidade do comer e vestir e está intrinsecamente relacionado à reprodução do capitalismo, por sua vez dependente de mão de obra. A dialética existente entre a necessidade de morar e de reprodução do capitalismo produz um dos mais proeminentes problemas presenciados pela sociedade: a crise da falta e/ou precariedade nas habitações:

(...) Esta crise da habitação não é peculiar do momento presente; nem sequer é uma das misérias próprias do proletariado moderno, diferente de todas as classes oprimidas do passado. Ao contrário, afetou de uma maneira quase igual todas as classes oprimidas de todos os tempos. (...) O que hoje se entende por escassez de habitação é o particular agravamento das más condições de moradias dos operários em consequência repentina de população para as grandes cidades; é um formidável aumento dos aluguéis, uma maior aglomeração de inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade total de encontrar abrigo (ENGELS, 1985, p. 116).

A habitação urbana é a concretização do modelo de acumulação capitalista onde mora quem paga, mas acima de tudo mora bem, quem melhor paga, sendo, em razão disso, escassa em escala mundial. No entanto, há de ressaltar-se que:

a moradia, além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne à sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de produção, durabilidade, etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetura, integração no conjunto de habitações

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e na região) e seu status institucional (sem título, alugada, casa própria, copropriedade, etc.) que determinam os papéis, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes (CASTELLS, 1983, p. 224).

Frisa-se que a habitação é uma mercadoria especial, visto que para habitar os indivíduos não apenas precisam de um teto, outros elementos se fazem necessários para permitir a continuidade da reprodução da vida. “A moradia pode ser caracterizada, por um lado, com relação ao seu lugar no conjunto do sistema econômico e por outro enquanto *produto* com características específicas” (CASTELLS, 1983, p. 225).

O morar exige a existência dos equipamentos de uso coletivo e é aí que o problema habitacional tende a agravar-se, pois ele “está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da produção da força de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 57).

Parintins/AM, embora em escala diferenciada, apresenta estruturalmente os mesmos problemas relacionados à escassez e/ou precariedade nas moradias que a capital Manaus por exemplo, onde a população ultrapassa os 02 (dois) milhões de habitantes (IBGE, 2019). Nesse momento o trabalho ressalta ser importante compreender que ao analisar-se a questão da moradia, não se deve resumir a casa em si, tampouco, a moradia (o entorno da casa). É fundamental ampliar o leque de análises para as relações estabelecidas entre os habitantes, o local de moradia e o restante da cidade, afinal é a prática social que pode ressaltar aos nossos olhos a relação entre os indivíduos e o seu espaço.

O fato é que a crise da moradia não se apresenta para todos, mas, e para as mulheres trabalhadoras de Parintins que vivem em precárias condições socioeconômicas, como essa parcela da sociedade afetada pela ausência de habitação “resolve” seu problema? Quais suas relações com o espaço?

As disputas de mulheres trabalhadoras na/pela cidade de Parintins/AM com vistas a “resolverem” seus problemas relacionados à questão da moradia acirraram-se na década de 90 com as sucessivas ocupações de terras da Fazenda Itaúna². Com o intuito de

² As ocupações de terra na Fazenda Itaúna originaram quatro dos bairros mais populosos de Parintins: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro União. Era de propriedade do senhor Paulo Corrêa e foi sendo comprada pela prefeitura de Parintins conforme as ocupações de terra iam acontecendo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

evidenciar essas disputas, a pesquisa ainda em andamento, analisa as narrativas orais de pessoas que protagonizaram essas ocupações, bem como dialoga com as narrativas instituídas pelo poder público e a classe dominante local através da imprensa escrita da cidade sobre esses novos bairros que surgiram (FIGUEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2011).

A área rural do município de Parintins é constituída por 192 comunidades rurais (IDAM,2012) , havendo forte intercâmbio/deslocamento de pessoas dentro do próprio município, não apenas por aquelas pessoas que elaboram expectativas de terem acesso a bens sociais (educação, saúde, moradia...) na zona urbana, mas também entre os indivíduos que sem querer desvincular-se da zona rural, desejam um entreposto na cidade, para ter onde ficar nas incansáveis viagens nos barcos regionais seja para fazer um tratamento de saúde ou vender a produção agrícola no mercado. Ressalta-se que houve também migrações de cidades do estado do Pará localizadas no Baixo Amazonas como Santarém, Juruti, Terra Santa e outras.

É preciso destacar que com o processo de reestruturação produtiva no polo industrial de Manaus na década de 90, houve diminuição na oferta de emprego na capital, o que tornou cidades com responsabilidade territorial como Parintins atrativas tanto para os imigrantes das comunidades rurais quanto das pequenas cidades desta região do Baixo-Amazonas. Além disso, a estrutura educacional da cidade de Parintins recebeu muitos incentivos ampliando a oferta de vagas para o ensino superior tanto do governo estadual com o advento da Universidade do Estado do Amazonas/UEA (2001), quanto do governo federal com a Universidade Federal do Amazonas/UFAM (2007) e do Instituto Federal do Amazonas/IFAM (2010)³, o que contribuiu ainda mais na atração das pessoas que desejam continuar seus estudos em nível superior.

Os motivos apontados para vir para a cidade são, entre outros, o desejo de concluir os estudos, tratamento de saúde, um período de cheia muito forte de rios e lagos. Ao chegarem estas pessoas trazem expectativas sobre o viver na cidade e passam a

³ Em Parintins, a Universidade do Estado do Amazonas foi inaugurada em 07 de agosto de 2001 na gestão de Amazonino Mendes, que na época estava no PFL (Partido da Frente Liberal). Já a Universidade Federal do Amazonas foi criada em 2005 como fruto do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) sendo implantada em 2007 e o Instituto Federal do Amazonas foi construído em 2010 ambos durante o governo Lula (PT – Partido dos Trabalhadores).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

disputá-la, apesar de uma correlação de forças desiguais. Elielma Corrêa⁴ veio ainda criança do Estado do Pará para Parintins, onde se estabeleceu com seus pais na zona rural do município, onde havia terra disponível (grandes porções de terra na Amazônia são devolutas, o que coloca como possibilidade para trabalhadores/agricultores apossarem-se destas terras):

Mônica - Mas tu moravas com os teus pais no Uaicurapá?

Elielma – Eu morei uns dez anos mais ou menos, depois eu vim para a cidade estudar, mas não voltei mais.

Mônica – E por que você não quis mais voltar pra lá?

Elielma- Bom, porque lá é... é... não tem estudo, só tem da primeira à quarta série, e eu queria fazer mais, queria terminar meus estudos, então só por isso eu vim para a cidade estudar, lá não tem, só tem até a quarta série⁵.

O sentido que Elielma atribuiu à sua vinda para a cidade de Parintins é poder continuar seus estudos. Já Dona Isaura Xavier⁶, que vive na região do Lago da Valéria (distante aproximadamente 4h de barco regional da zona urbana) significa a sua vinda para a cidade da seguinte forma:

Tiago- Lá na Valéria qual o trabalho que vocês faziam?

Isaura - Nosso trabalho lá era agricultura mesmo, trabalhando com roça, com plantio, hortaliça e assim os demais plantio, mais era a roça.

Tiago - Mas hoje vocês ainda fazem esse trabalho ou vocês já moram aqui em Parintins mesmo?

Isaura - Não, a gente continua sempre fazendo, a gente... *vou lá trabalhar, vem passa um dois mês aqui em casa e volta pro interior lá nós temos nossa casa; nosso interior que nós não pode deixar*⁷.

Ao ser indagada sobre os motivos que a fizeram querer ter uma casa na cidade, Dona Isaura coloca:

⁴ Elielma Santarém, entrevista concedida para Mônica Xavier de Medeiros, em 2010. À época da entrevista, Elielma trabalhava como empregada doméstica, atualmente trabalha numa empresa terceirizada que presta serviço de manutenção para a Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Elielma tem 39 anos e quatro filhos. Acervo da pesquisadora.

⁵ Entrevista de Elielma Corrêa.

⁶ Isaura Xavier de Oliveira, entrevista realizada em 2011, pelo acadêmico de História Thiago Figueira para a realização da pesquisa de Iniciação Científica: “Vivências de moradores do Bairro União na luta por moradia em Parintins”, financiada pela FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) sob a orientação de Mônica Xavier de Medeiros. Acervo da pesquisadora.

⁷ Entrevista de Isaura Xavier de Oliveira. Citada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Foi a necessidade de nossas filhas estudarem, porque nós não tínhamos nem terreno, nem casa aqui em Parintins e nem aonde morar, quando a gente vinha a gente ficava às vezes no barco de linha, e elas precisavam estudar, os estudos delas avançou, tiveram que vim pra Parintins e moravam em casa de família, estudando, trabalhando, trabalhando, estudando, e como *facilitou* essa *invasão* aqui. Aí nós conseguimos tirar esse pedaço de terra, ganhamos esse pedaço de terra aqui, e aqui ficamos padecendo sol, chuva, fome, sede para nós adquirir esse terreno que estamos aqui em prol das nossas filhas⁸.

O enredo que é construído por Dona Isaura evidencia (como a entrevista anterior) a questão da educação como um dos motivos da vinda para a cidade. Este trecho da narrativa de Dona Isaura ressalta uma estratégia utilizada por moradores de áreas rurais para garantir a continuidade do estudo dos filhos, e principalmente em relação às mulheres, que é o trabalho como empregada doméstica em casa de famílias na zona urbana para ter onde morar e garantir os estudos no período noturno.

Dona Isaura, citada anteriormente, também atribuiu significados à sua participação na ocupação da terra que hoje é o Bairro União. Ressalte-se que a entrevistada chama a ocupação de “invasão”, coadunando com as interpretações que a imprensa escrita em Parintins elabora sobre as sucessivas ocupações de terras que ocorreram na zona urbana do município na década de 90. A participação na ocupação com todas as dificuldades, principalmente em seu início quando a falta de estrutura era categórica foi percebida pela entrevistada como um sacrifício necessário, que iria garantir o futuro das filhas, pois ter um lugar na cidade significava assegurar que suas filhas continuassem estudando, sem ter que se submeter ao trabalho como doméstico em troca de moradia.

Dona Miza Cohen⁹, moradora do Bairro União, rememora ao ser indagada sobre onde já havia morado em Parintins antes de participar da ocupação:

Eu morei no Bairro da Castanheira e no Palmares, em vários lugares, casa alugada, mas nunca tinha minha casa e meu maior sonho era ter minha casa e por último morei na casa de meu pai por cinco anos, foi

⁸ Entrevista de Isaura Xavier de Oliveira. Citada.

⁹ Miza Farias Cohen, entrevista realizada em 2011, pelo acadêmico de História Thiago Figueira para a realização da pesquisa de Iniciação Científica: “Vivências de moradores do Bairro União na luta por moradia em Parintins”, financiada pela FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas). sob a orientação de Mônica Xavier de Medeiros. Acervo da pesquisadora.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

quando surgiu a *invasão* e com animação de outras pessoas e eu vim pra cá, onde eu consegui né o terreno e fazer minha casa¹⁰.

A narrativa de Dona Miza indica o campo de vivências de trabalhadoras na cidade como o morar em vários bairros, sempre mudando por causa do preço do aluguel ou dividindo a casa com parentes. A entrevista de Miza, Elielma e Isaura mostram um conjunto de experiências e expectativas satisfeitas ou frustradas em relação à cidade. A necessidade da continuidade dos estudos dos filhos, da venda dos produtos da roça na cidade, o preço do aluguel elevado, o trabalho precário, o compartilhamento da mesma casa com várias famílias, o morar de favor que se constituíram como problemas que trouxeram a ocupação de terras urbanas como uma possibilidade (PETUBA, 2001).

A análise dessas experiências colabora na percepção de que a produção do território é atravessada pelas vivências de classe e gênero. Muitas mulheres que moram nas ocupações são empregadas domésticas, revendedoras de produtos de catálogo, vendedoras de produtos alimentícios, artesãs ou terceirizadas. Esta situação nos ajuda a evidenciar o problema da questão habitacional da cidade, pois qualquer valor de aluguel passa a ser muito nessa situação.

Compreender a relação de gênero no território, é entender as maneiras onde as relações sociais de sexo impactam a relação no espaço, no tempo e no lugar. Os efeitos de gênero sobre a construção das sociedades e dos espaços são, então, múltiplos, mas são por trato comum de mostrar as formas de dominação e hierarquização (LOUARGANT, 2015)

Concordamos com Louargant (2015) de que a produção do espaço tem relação com o gênero e é uma forma de dominação e percebemos, concomitantemente, as mulheres como protagonistas ativas nos processos de ocupação de terras, inclusive como forma de garantir uma vida melhor para seus filhos.

2. Imprensa, memória e a cidade

Há vários indícios para análise sobre as disputas pelas interpretações do crescimento urbano de Parintins, que também são disputas de práticas sociais de viver

¹⁰ Entrevista de Miza Farias Cohen. Citada.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

numa cidade marcada pela exclusão social de uma importante parcela de sua população. Além das entrevistas realizadas com as mulheres que protagonizaram as ocupações de terras, analisamos artigos de jornais da cidade, que sempre evidenciaram este tema.

Assim pudemos perceber as imbricações entre História e Memória e mais nitidamente as disputas e lutas que marcam a produção social da memória:

Como qualquer experiência humana, a memória também é um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui-se numa das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse estabelecer uma certa memória para cunhar uma História “certa” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 6).

Foi instigante, portanto, perceber através da análise minuciosa de artigos de jornais como certos elementos da realidade foram selecionados enquanto outros eram ocultados e como as demandas populares foram sendo organizadas. Neste momento, entretanto, cabe-nos uma pequena, mas necessária reflexão sobre a forma de pensarmos o Jornal enquanto fonte histórica.

Percebemos os jornais enquanto produtores de determinada memória, que é marcada pela seleção dos fatos noticiados e pela relevância e repetição de certos temas, que acabam por construir um sentido para o presente. Analisando a narrativa de artigos e reportagens, percebemos como os jornais se colocam como expressão da realidade numa tentativa de naturalização do ordenamento social que tentam instituir

Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa (MACIEL, 2004, pg. 15).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No dia 11 de setembro de 1994, o articulista Tadeu de Souza escreveu a seguinte nota em sua coluna “Olha Já” no Jornal Novo Horizonte¹¹:

Paulo Corrêa

Só tem um jeito deste empresário evitar a invasão de suas terras, loteando e vendendo. Porque do contrário o prejuízo é grande. Os políticos descobriram que a invasão é um filão de votos e já tem outra eleição à vista, a de 96. Muito mais concorrida do que a deste ano. Se a cada eleição, a moçada invadir as terras da Fazenda Itaúna, o Paulo Corrêa vai acabar virando ‘sem terra’¹².

Essa pequena nota está repleta de significados. O primeiro aspecto que pode ser analisado está relacionado com a prática de lotear e vender grandes extensões de terra por parte da classe dominante local (os proprietários de terra). No último quartel do século XX, Parintins não teve um crescimento urbano ligado somente às ocupações de terra, mas também ligado aos loteamentos como ocorreram nos Bairros Djard Vieira, Paschoal Alágio e Jacareacanga. O “empresário” Paulo Corrêa não é natural de Parintins, nem mora na cidade e jamais loteou suas terras como outros grandes proprietários. Porém, ele não deixou de lucrar por causa disso, a regularização (ou nas palavras do poder público, a transformação da “invasão” em “bairro”) rendeu-lhe mais de um milhão de reais pagos pela prefeitura de Parintins e governo do Estado. O jornalista comenta, nesta nota, sobre a prática de loteamento de terra que estava ocorrendo no período.

Outro importante sentido vinculado à nota é atribuir a motivação do movimento a fins políticos-eleitorais, destituindo os sujeitos que o protagonizaram de potência, de vontade própria. Dialogando com as trabalhadoras que migraram para Parintins na década de 90 ou que aqui já moravam, mas participaram das ocupações, percebemos outras vivências, outras memórias que foram elaboradas sobre o período que vão muito além do calendário eleitoral.

Em 15 de junho de 2003, em artigo intitulado “Invasões estão virando rotina em Parintins”, o Jornal Novo Horizonte colocou:

¹¹ O Jornal Novo Horizonte pertence à Diocese de Parintins e circulou de maneira impressa semanalmente entre 1994 e 2015, quando passou a ser publicado apenas na plataforma digital devido a problemas financeiros. O jornal faz parte do Sistema Alvorada de Comunicação, que detém canal de TV, rádio e a publicação on-line.

¹² **Jornal Novo Horizonte**. Paulo Corrêa. Coluna: Olha Já (Tadeu de Souza). 11/set/1994.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Tudo começou há mais de dez anos quando uma multidão invadiu a conhecida “Fazenda Itaúna”, hoje bairro que leva o mesmo nome Itaúna I. A prefeitura com a ajuda do governo do estado, indenizou aquela área que pertencia ao empresário santareno Paulo Corrêa, as invasões não cessaram, surgiram mais dois bairros, onde moram cerca de vinte mil pessoas. A prefeitura, novamente com a ajuda do Estado, pagou as terras. E essas invasões continuam virando até rotina em Parintins¹³.

Já em 15 de fevereiro de 2009, a seguinte matéria sobre as ocupações da Fazenda Itaúna parece elaborar outros sentidos sobre este movimento. Em artigo intitulado “Invasão aos poucos vira ocupação” vemos:

Nem bem amanhece e a fogueira num fogão improvisado aquece o café na casa de Dona Maria Lucimar. Mais um dia de muita batalha, todos ou a maioria lutam pelo mesmo ideal: a casa própria! É assim que a rotina da área de ocupação União, que se originou de uma invasão de terra. A questão é velha conhecida do cotidiano brasileiro.

Surgiu quando o Brasil vivia a conjuntura de duras lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias na cidade. Como parte desse contexto, em 1984, foi realizado o primeiro Encontro Nacional dos “Sem Terra”.

São muitas as nomenclaturas: invasores de terras, vândalos, criminosos, pobres sem moradia, assim 25 anos marcam o surgimento das ocupações em todo o Brasil. Na cidade de Parintins, as investidas no terreno do empresário Paulo Corrêa, tornaram-se realidade, daí o surgimento dos Bairros Itaúna I, II e Paulo Corrêa, com amplo apoio do clero local, através da comissão pastoral da terra (CPT).

Os participantes concluíram que a ocupação de terra é uma ferramenta legítima das trabalhadoras, trabalhadores, desempregados e autônomos em lutar pela democratização da terra. Na ilha, depois de três anos surgiu uma nova invasão, aproveitando a virada do ano de 2008 para 2009, mais de 1.800 famílias se instalaram em área próximo ao Bairro Paulo Corrêa e Castanhal.

O NH foi convidado pelas lideranças e membros da comissão a conhecer o local, e teve uma recepção hospitaleira. Lá a população é de todas as idades, de todas as cores, mães solteiras, homens separados, pretos e brancos, católicos ou evangélicos unidos na esperança de ganhar um pedaço de chão, de ter um lugar ao sol.

Parintins vive clima de divergência. Para alguns a luta é legítima, para outros o grupo em grande maioria não passa de espertalhões acostumados da indústria de vendas de terras, outros ainda que reprovam a participação da politicagem de algumas figuras tarimbadas

¹³ **Jornal Novo Horizonte.** Invasões estão virando rotina em Parintins. Caderno Cidade. 15/jun/2003.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na política de Parintins e partidos que eram de esquerda e que agora querem tirar algum proveito do movimento¹⁴ (...)

Comparando esses artigos, percebemos uma significativa mudança na forma de apresentar o movimento (antes invasão, agora ocupação) e principalmente as pessoas que o experienciaram. A nota de 1994, remete a existência do movimento à uma indústria da “invasão” e como já dito, a potência dos sujeitos é anulada, uma vez que os mesmos, nesta interpretação, não se constituem mais que meros marionetes nas mãos de políticos demagogos e populistas. Em 2003, as ocupações de terras continuam a incomodar os editores do jornal *Novo Horizonte* que apontam neste artigo para a “rotina” dessas ações. É muito interessante notar que os sujeitos sociais que participam dessas ocupações foram apresentados, neste artigo, como “uma multidão”. Apresentando esses sujeitos como multidão, a criminalização da ocupação torna-se palatável. Sem nome, sem objetivos, sem problemas, a multidão ou é “massa de manobra” para políticos oportunistas ou querem lucrar com a venda posterior da terra. Nesse sentido, anular ou esconder os sujeitos torna-se um expediente tático da imprensa para que o leitor não crie empatia pelas pessoas ou por suas demandas e revela o lugar social do qual emerge essa narrativa.

Entre o dia 31 de dezembro de 2008 e 01 de janeiro de 2009, uma nova ocupação de terras, ainda na Fazenda Itaúna, dá início ao Bairro União. Passados apenas 45 dias desta nova ocupação, o jornal atribuiu outros sentidos a esta ação. Em primeiro lugar, vemos o jornal evidenciar as pessoas que estão participando do movimento chegando mesmo a citar nomes como o da Dona Maria Lucimar. O jornal ressalta que entre os ocupantes estão “mães solteiras, homens separados, brancos e pretos” na luta por sonho: a casa própria. Além disso, associa o movimento por moradia em Parintins ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a luta pela redemocratização do Brasil de fins da Ditadura Militar. Vemos, então, vários elementos que visam legitimar a ocupação ao discuti-la dentro de um contexto nacional de luta pela terra. Ao final deste artigo, apresenta as “divergências” que existem na cidade sobre o movimento, tenta fazê-lo de forma neutra, como se o discurso jornalístico não estivesse pautado por uma prática no social.

¹⁴ **Jornal Novo Horizonte.** Invasão aos poucos vira ocupação. Editorial, p. 02. 15/fev/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3. Considerações Finais

Percebemos nas falas das mulheres entrevistadas que não foi fácil a decisão em participar das ocupações de terras, mas a vontade de garantir a continuidade do estudo dos filhos, a necessidade de ter uma casa na cidade, onde pudesse ficar quando tivesse que vender sua produção da roça ou fazer um tratamento médico e também outras experiências como morar de favor na casa de parentes incentivou as entrevistadas a lutarem por um lugar na cidade. A análise dos artigos de jornais também revela que além das dificuldades de estrutura que tinham que enfrentar como a falta de água, luz e saneamento, os moradores ainda tiveram que lutar contra aqueles que consideravam o movimento ilegítimo cujo único objetivo era vender as terras posteriormente, além de estar amparado pelo calendário eleitoral.

Ao longo dos anos, o movimento de luta por moradia em Parintins teve que lidar com diferentes contextos políticos e sociais, bem como diferentes governos. A leitura dos artigos do Jornal Novo Horizonte ao longo do tempo permitiu percebermos uma modificação na forma como o movimento social e as ocupações eram apresentados, isso pode estar associado à forma como o próprio Estado começa a tratar com a questão da moradia, quando no governo Lula passamos a ter o Ministério das Cidades (2003) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (2009), que enfatizaram a questão urbana e a moradia popular como questões relevantes para o país e também houve uma mudança na forma do governo em lidar com os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014. (vol. III/Coleção Mundo do Trabalho).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/>>.

IDAM – (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas). Disponível em < <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Parintins-2012.pdf>>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água. 2004.

FIGUEIRA, Tiago da Silva. **Cidade em disputa: visões da ocupação do Bairro União em Parintins/AM (2009-2012)** (TCC). Licenciatura em História. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

FIGUEIRA, Tiago da Silva. **Vivências de moradores do Bairro União na luta por moradia em Parintins**. (Relatório Final de Iniciação Científica). FAPEAM/UEA, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Rômulo Viana de. **História e Memória da Terceirização: perspectivas sociais de trabalhadores terceirizados no município de Parintins/AM**. (TCC). Licenciatura em História. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2019.

LOUARGANT, Sophie. O interesse do gênero pelo território. In: MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes; ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas**. Manaus: Editora Valer; UEA Edições, 2015.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno do telégrafo e da imprensa – 1880/1920. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água. 2004.

OLIVEIRA, Deise Correia de. **As interpretações do Jornal Novo Horizonte sobre o crescimento urbano em Parintins (AM) entre 1994-2010: as invasões de terra da Fazenda Itaúna** (TCC). Licenciatura em História. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000)**. (Dissertação de Mestrado em História). Uberlândia/MG: Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

RODRIGUES, Jheniffer Natividade. **Pelo direito à cidade: Histórias e Memórias da ocupação dos Bairros Itaúna II e Paulo Corrêa em Parintins/AM** (Relatório Final de Iniciação Científica). FAPEAM/UEA, 2020.

SANTOS, Cleunildes Teixeira dos. **Mulheres na Ocupação do Bairro União no período de 2009 a 2014**. (TCC). Licenciatura em História. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2014.